

O LUGAR DOS MARCADORES DE RAÇA, SEXUALIDADE E GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGAS (OS)

Rafaela Souza do Carmo
Graduada em Pedagogia. UNEB.
rafaelacarmo9@gmail.com

Cláudia Pons Cardoso
Pesquisadora Centro de Estudos Diadorim/UNEB.
ponscardoso@yahoo.com.br

*Simpósio Temático nº 21 – GÊNERO, RAÇA, ETNIA, SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO
DOCENTE*

RESUMO

A presente comunicação tem por objetivo discutir raça, sexualidade, gênero e a na formação docente, em especial de pedagogas (os), pois a escola tem papel fundamental na difusão das questões suscitadas pelo debate desses temas. Educadoras e educadores necessitam de formação que contemple os temas para construirmos ambiente escolar seguro e superarmos as discriminações e desigualdades, de modo a garantir o debate em sala de aula, evitando, desse modo, o silenciamento e a omissão, práticas sexistas, racistas e LGBTfóbicas e, assim, promovendo uma educação comprometida com a transformação social e inclusão. O estudo de abordagem qualitativa constrói seu percurso metodológico a partir dos estudo autobiográfico, por compreendê-lo como possibilidade de o sujeito expor a si, produzindo significado e sentido sobre si e sua existência. Nesse sentido, este texto reflete a trajetória escolar da pesquisadora, utilizando a escre(vivência), categoria cunhada por Conceição Evaristo (2005), como concepção teórico-metodológica. Os resultados apontam para lacunas no que se refere ao debate de raça, gênero e sexualidade na formação docente, evidenciando a percepção da importância de investimento em uma educação que contemple a diversidade, pois as ausências dos conteúdos supracitados causam um impacto negativo na formação inicial das(os) professoras(es), que consequentemente comprometem a educação ofertada para crianças e jovens, posto que o debate sobre sexualidade e respeito às diferenças foi negligenciado.

Palavras-chave: Raça, Sexualidade, Gênero, Formação docente, Escre(vivência).

ABSTRAT

This communication aims to discuss race, sexuality, gender and the importance of studying these themes in teacher education, especially for pedagogues, as the school has a fundamental role in disseminating the issues raised by the debate. Educators need training that addresses the issues to build a safe school environment and overcome discrimination and inequalities, in order to ensure debate in the classroom, thus avoiding silencing and omission, sexist, racist and LGBTphobic practices and, thus, promoting an

education committed to social transformation and inclusion. The study with a qualitative approach builds its methodological path from autobiographical studies, as it is understood as a possibility for the subject to expose himself, producing meaning and sense about himself and his existence. In this sense, this text reflects the researcher's school trajectory, using the *escre(vivência)*, a category coined by Conceição Evaristo (2005), as a theoretical-methodological conception. The results point to gaps with regard to the debate on race, gender and sexuality in teacher education, providing a perception of the importance of investing in an education that includes diversity, as the absence of the aforementioned contents cause a negative impact on the initial training of (the) teachers, who consequently compromise the education offered to children and young people, since the debate on sexuality and respect for differences was neglected.

Keywords: Race, Sexuality, Academic education, *Escre(vivência)*.

INTRODUÇÃO

A formação de professores é uma questão política que não se limita apenas aos aspectos técnicos ou institucionais de concepção de uma formação para a profissão, seu escopo é mais amplo, demanda aprender a construir uma prática posicionada, responsável com a realidade social e ética. Nesse movimento, coloco-me em cena por reconhecer-me sujeita pertencente a este processo formativo e profissional da área. Para isso, investigo os meus saberes e recorro às minhas experiências escolares para produzir este artigo, resultado de pesquisa desenvolvida em trabalho de conclusão do curso de Pedagogia.

Discuto a importância do debate sobre gênero, raça e sexualidade na formação de professores (as), pois as lacunas presentes no processo formativo inicial do curso de Pedagogia se refletem diretamente na vivência escolar que acaba por discriminar, marginalizar e silenciar pessoas com sexualidades dissidentes na sala de aula do Ensino Fundamental I, principal campo de atuação de pedagogos (as), visando produzir reflexões que contribuam para promoção de uma educação comprometida com a transformação social e inclusiva.

Direciono a reflexão evidenciando aspectos pessoais, enquanto mulher negra, lésbica e periférica, como ponto de partida, abordando como marcadores sociais de desigualdade dificultaram minhas relações interpessoais na escola, que apesar de ser espaço de conhecimento também é produtora de preconceitos. Assim, pautada no conceito de *escre(vivência)* de Conceição Evaristo (2005), reflito sobre minhas experiências, para pensar a invisibilidade de minha sexualidade pela escola. Através de minhas memórias vividas no âmbito escolar, evidencio as relações estabelecidas e, nesse

movimento, reforço a valorização das fontes autobiográficas, rompendo o silenciamento anteriormente imposto às mulheres negras, em especial, lésbicas. Assim, o estudo articula a área da educação e minha trajetória escolar como campo de reflexão.

NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE¹: O Debate de Raça

A sociedade brasileira é composta por uma diversidade de matrizes étnico-raciais, historicamente é marcada por relações tensas, posto que valorizou sempre características físicas e culturais da população branca ocidental, e tudo a ela relacionado se apresenta como superior e hegemônico, para isso promoveu-se a desvalorização da cultura e características físicas de outros grupos racialmente discriminados, estrutura-se com isso ao longo da história, então, hierarquias étnico/raciais e culturais.

No embate principal está a relação social estabelecida entre negros e brancos, no Brasil, onde a construção da identidade dos sujeitos negros acontece à sombra da população branca, apresentada como modelo social ideal. Neste formato a população negra é forçada a aprender com as pedagogias normativas, excludentes e racistas a negar suas origens africanas e diferenças culturais para ser socialmente aceita. A autora Nilma Lino Gomes (2005) salienta que raça atua como marcador de opressão e discriminação, atuando como balizador das relações sociais, econômicas e culturais entre negros e brancos de modo que as particularidades e as características físicas são utilizadas como elementos para identificar, separar e hierarquizar quem é negro ou branco no Brasil, sendo que o primeiro polo do binômio é racialmente discriminado em função do racismo. Segundo Gomes,

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por outro meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (2005, p. 52)

Diante desta afirmação fica evidente que os indivíduos não nascem racistas, mas tornam-se através das relações sociais que estabelecem nutridas por crenças e

imagens baseadas em ideias de superioridade e inferioridade. Gomes segue salientando a importância de inserir o debate sobre questões raciais no espaço escolar e nas universidades. Ela acredita que através da educação podemos mudar positivamente esta realidade, pois considera estes ambientes propícios para desmistificar o racismo e as desigualdades sociais geradas por ele.

A crença na educação como meio de transformar comportamentos é a grande aposta dos movimentos sociais. Na mesma direção o sentimento de que oportunize mobilidade social é partilhada por muitas famílias negras, em especial por aquelas que não tiveram acesso à escolarização. Minha história familiar é atravessada por este sentimento. Aos três anos iniciei na pré-escola, minha mãe saía cedo para o trabalho e eu ficava em casa na companhia de minha avó e de uma prima adolescente, que cuidava de mim. Estudava em uma escola particular de pequeno porte, muito comum em bairros periféricos, e que pouco se diferenciam das públicas. Houve um esforço familiar para me proporcionar uma educação de melhor qualidade, mesmo diante de uma situação financeira não tão favorável, minha mãe, avó e tia se uniram para custear o investimento em minha educação. Acredito que para além das questões afetivas foram motivadas pelo desejo de me preparar para as dificuldades que enfrentaria ao longo da vida por carregar comigo marcadores sociais de discriminação, como raça e classe, que me posicionam racial e socialmente em lugar de subalternidade na sociedade.

A aposta familiar na educação, no entanto, não foi garantia para me blindar de situações de discriminação. Minha caminhada no espaço escolar no Ensino Fundamental tem marcas deixadas por professoras negras e não negras. As turmas em geral eram formadas por poucas crianças negras, a maioria das crianças era branca ou não negra. Lembro-me que a primeira criança que fiz amizade era uma menina também negra, acreditava que apenas o fato de sermos da mesma turma e compartilharmos do mesmo transporte escolar teria motivado a nossa aproximação, mas, na verdade, havia entre nós um processo de identificação, pois tínhamos características muito semelhantes, visto que encontrávamos uma na outra, referências do ser criança negra discriminada em um espaço que não era seguro para nós.

O nosso cabelo era um fator de marginalização, que por ser crespo e volumoso vivia trançado, estratégia utilizada por minha mãe na tentativa de “domar os fios”, o penteado mais usado é conhecido como rabo de cavalo o qual se prende o cabelo

direcionando o volume para a parte de trás da cabeça e já com o excesso retido faziam-se tranças com o intuito de transmitir uma imagem de criança arrumada. Assim passei toda a minha infância. Certa vez em uma apresentação teatral a professora mudou a minha personagem com a justificativa de que não tinha o perfil adequado, pois meu cabelo não cacheava, este acontecimento me marcou de maneira muito negativa e acabei nem comparecendo à aula no dia da apresentação.

A exclusão e o silenciamento da população negra está presente nos currículos escolares. Segundo Eliane Cavalleiro (2001), sempre existiu uma ausência de reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar, esse silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação nas diversas instituições educacionais é resultado e ao mesmo tempo alimenta e fortalece o racismo institucional. E em termos pedagógicos a ausência faz com que muitas(os) professoras(es) não saibam como lidar com situações do racismo por falta de preparo e conhecimento sobre o assunto, me s m o c o m a p u b l i c a ç ã o d a Lei 10.639, que torna obrigatório, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e das(os) Africanas(os), a luta das (os) negras (os) no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003). O esperado é que, com isso, muitas(os) educadoras(es) aprendessem a corrigir efetivamente as distorções existentes no nosso ensino e a compreender o processo de discriminação racial nas escolas, mais do que isso, que a Lei fosse um instrumento a auxiliar as (os) educadoras (es) brasileiras (os) a se engajar na luta antirracista. Uma educação antirracista não só proporciona o bem-estar do ser humano como também promove a construção saudável da cidadania e da democracia.

Muitas são as estratégias pedagógicas que educadoras (es) podem adotar para tornar o espaço escolar mais representativo para as crianças negras, como decorar o espaço escolar com imagens positivas de crianças negras e famílias com suas respectivas diferenças, incluir no material didático história e mitos da cultura africana, promover projetos que abranjam histórias da cultura afro em seu repertório, valorizando as expressões africanas, trabalhando de maneira positiva as diferenças linguísticas, atitudes fundamentais para que jovens negros sintam-se representados e

se vejam no lugar de protagonistas.

É extremamente importante uma intervenção efetiva do ser professor (a) em qualquer manifestação de atitude racista para evitar situações como as que vivenciei, infelizmente minha experiência de realidade de sala de aula não trouxe abordagens de representatividade e inclusão. Eliane Cavalleiro (2001) aponta que mesmo com as mudanças sociais do século XX, o sistema educacional brasileiro continua repleto de práticas racistas e discriminatórias, resultando em um desenvolvimento emocional e cognitivo prejudicado por parte das crianças, sobretudo as negras.

A reprodução dessa desvalorização direcionando um tratamento diferenciado a crianças e adolescentes negros dificulta o acesso, bem como a permanência dos mesmos no espaço escolar, pois permite que cresça o sentimento de inadequação ao sistema escolar por uma suposta inferioridade racial.

Deste modo, salienta-se a importância de formar professoras (es) para exercer o pensamento crítico, transformando seus instrumentos de trabalho em elementos geradores de consciência, sendo necessário um olhar especial para a formação das educadoras (es), pois é a principal porta de compartilhamento do conhecimento. Corroboro com Gomes quando estabelece a importância da escola para difundir esse debate, encorajando as(os) professoras(es) a não silenciarem diante dos preconceitos e discriminações raciais, cumprindo seu papel de educadoras(es), adotando estratégias pedagógicas que fomentem a igualdade racial no âmbito escolar.

A educação é um instrumento importante para discutir a diversidade e conscientizar discentes, é uma tarefa difícil, porém não é impossível e através dela unindo forças, acredito conseguirmos suscitar ações efetivas de combate ao racismo e discriminação que acometem a população negra na escola.

A DOR E A DELÍCIA DE SER O QUE É: Sexualidade e Gênero

De acordo com Guacira Lopes Louro (2011), o conceito de gênero é oriundo de necessidade de salientar as características sociais que diferenciam as experiências vivenciadas entre os sexos de modo que as designações instituídas para cada um são medidas a partir das características físicas ou biológica dos corpos, promovendo assim um processo de hierarquização de uma parte sob a outra, tornando o gênero uma

ferramenta de poder. Já a sexualidade é socialmente construída, segundo Louro (2011), desde que nascemos aprendemos a ser um indivíduo do gênero masculino ou feminino e aprendemos comportamentos referentes à sexualidade. A autora denomina esta aprendizagem social como “pedagogia cultural”, disseminada pela escola, família, religiões e meios de comunicação, entre outras instituições.

As atribuições feitas aos gêneros têm marcas de relações de poder ligadas à hierarquia e a subordinação, o que origina a ideia de diferença, marginalizando então grande parte dos indivíduos que não atendem a uma norma padrão de comportamento socialmente aceita como ideal para cada gênero.

Fui uma criança que não se encaixava no “padrão”, meu comportamento considerado inapropriado para o feminino gerava comentários não só entre os colegas, mas também entre as professoras, minhas vestes e gestos considerados não femininos causavam estranhamento.

O fardamento escolar de minha escola era composto por camisa branca com o logotipo da escola, acompanhado de *short* saia para meninas e calças para os meninos, ambos na cor azul, era permitido, também, o uso de bermuda na altura dos joelhos ou calças na cor preta, ou *jeans*. O espaço escolar reafirma o lugar de gênero através do fardamento, direcionando todos e todas a adotar comportamentos correspondentes ao sexo que possuem, definidos pelas normas de regramento heteronormativas. (MIRANDA, 2014)

Em geral, minha mãe sempre escolhia minhas roupas conforme o que, no seu entendimento, era adequado para meninas. A maioria das crianças usava bermuda ou calças *jeans*, inclusive eu, porém as roupas designadas para o sexo feminino possuem corte diferente, em função da suposta ideia de valorização do corpo feminino, entretanto sempre gostei de roupas mais largas, priorizando o conforto, preferindo o modelo *unissex*, e por conta disso logo me tornei alvo de zombarias, pois para as outras crianças eu vestia roupa de menino. Neste caso, em especial, nunca houve intervenção realizada pela professora para discutir a lógica binária em relação às roupas e me oferecer proteção.

A escola não enfrenta às violências, com o tempo passei a adotar algumas ações na tentativa de proteger-me dos ataques, de modo que estava sempre fugindo dos olhares críticos e buscando me encaixar nos padrões normativos como estratégia

de sobrevivência naquele espaço.

A sexualidade sofre influência religiosa, das filosofias morais e com o passar do tempo passou a sofrer interferências da medicina, dos reformadores morais e da crítica política. Segundo Jeffrey Weeks (2000), os discursos aprisionam os sujeitos em seus corpos físicos, sendo o discurso médico um dos opressores, visto que o médico tem força para determinar a identidade de gênero do sujeito a partir de perspectiva biológica e os discursos judiciários, político e religioso definem o “normal”, desconsiderando todas as possibilidades sexuais que fogem a regra binária heteronormativa.

A autora Maria Rita de Assis César (2009) mostra como estes conceitos expressos na sociedade se apresentam no espaço escolar, ou seja, na perspectiva que relaciona a homossexualidade como prática invertida de comportamento, de modo que um homem *gay* deve necessariamente performar feminilidades e de que uma mulher lésbica não deve preservar signos femininos. Estes posicionamentos naturalizam as situações cotidianas de preconceito e discriminação. A educação então é utilizada como elemento disciplinador que opera segundo a perspectiva heteronormativa definindo-a como forma “natural” e universal da sexualidade.

Já Louro (2011) afirma que os sujeitos identificados como diferentes são marcados por elementos simbólicos, sendo estes materiais e sociais que mascaram a construção do processo de diferenciação, promovendo uma atmosfera de naturalização das diferenças, ocultando as relações de poder constituídas em todo o processo. A sexualidade passa a ser alvo de vigilância, naturalizada a heterossexualidade como padrão, outras expressões de sexualidades que se constituem ao longo da vida são ignoradas e ocultadas, assim, diz Louro, a escola assume então o papel de normalizadora.

Para mim, os conflitos pessoais referentes à sexualidade se iniciaram no período escolar, quando fui rotulada de “diferente”. Nunca fui de ter muitos amigos no espaço escolar, pois as meninas gostavam de coisas pelas quais nunca me interessei. Elas gostavam de brincar de boneca, a maioria tinha um *kit* de maquiagem infantil e outras coisas socialmente consideradas como sendo brinquedos de meninas, preferia brincar com bola de gude, pega-pega, carrinho de rolimã, isto é, brincadeiras consideradas apropriadas para os meninos. Importante dizer que essa separação entre

as brincadeiras fomenta a assimetria entre os gêneros e deve ser combatida. Como eu não era considerada uma boa companhia pelas meninas e também não era tão fácil brincar com os meninos acabava por ficar sozinha. As professoras se faziam indiferentes diante dos acontecimentos e como o debate sobre diversidade sexual na escola era proibido, minha singularidade e a de outras crianças, que faziam parte daquele espaço, foi invisibilizada.

Os ataques lesbofóbicos se apresentaram, então, por todo o espaço escolar, nos corredores, banheiros e, inclusive, na sala de aula, fossem por insultos verbais ou até mesmo insinuados nos livros didáticos. O ambiente escolar deixa de ser um espaço de socialização e acolhimento, e torna-se um espaço de agressão, do qual fui vitimada, pois, recebia apelidos que transitavam entre insultos e xingamentos e atribuía-me uma sexualidade que, até o momento, não fora vivenciada.

Assumir que identidades de gênero são múltiplas e que os sujeitos misturam em seus corpos signos socialmente definidos como femininos ou masculinos, rompendo com as fronteiras binárias parece ser uma tarefa complicada para educadoras(es), mais fácil o enquadramento desses corpos como estranhos. Segundo Louro (2011), todas as formas de viver a sexualidade são culturais, logo se historicamente a sociedade aprende a atacar as diferenças é totalmente possível que esta aprenda então a respeitá-las, promovendo assim uma sociedade mais igualitária.

Segundo Edileuza Souza Souza e Ariane Meireles (2018) a junção das práticas racistas, sexistas e lesbofóbicas ampliam a desigualdade o que demanda um posicionamento social e político que se fortalece através da composição de grupos de participantes com ideias e desejos semelhantes. As autoras atentam-se ainda em sinalizar o posicionamento da escola no processo de construção histórica e emocional da população negra, sobretudo das crianças, adolescentes e jovens que acontece em sua grande parte no âmbito escolar, mas esta no que lhe concerne compartilha um modelo de êxito pautada na figura da população branca, heterossexual, classe media/alta, sendo que todas (os) que se afastem deste perfil são ignorados pela escola. Souza e Meireles (2018, p. 73) salientam sobre a “[...] a urgente necessidade de se construir uma escola e uma sociedade mais justa, igualitárias e fraternas”.

A soberania machista e o distanciamento entre as práticas e comportamentos ensinados na escola como correto não compactuam com a realidade da infância e da

juventude feminina negra e acaba por inibir o reconhecimento de suas identidades. A falta de representatividade propicia a formação de uma geração que se envergonha de suas raízes raciais e orientação sexual, estando então frágeis para enfrentar as situações preconceituosas.

Precisamos fortalecer nossas bases e a representatividade é um ótimo estímulo, Souza e Meireles (2018, p. 77) afirmam que “Mulheres negras dispostas aos enfrentamentos cotidianos para realizar conquistas. Mulheres negras que perceberam a importância de contar com seus pares para seguir. Mulheres negras que se tornaram referências para tantas outras”. Assim, colocamos em prática o projeto da caminhada coletiva, valorizando histórias de lutas que advém desde as nossas ancestrais, vitoriosas precisam ser reconhecidas, afinal foram fundamentais para garantia dos atuais direitos das mulheres de modo geral sem realizar distinção por raça, gênero ou sexualidade.

A ausência de respeito às diferenças pode afetar negativamente a vida do sujeito que se opõe aos padrões heteronormativos, a curto ou longo prazo, pois a evasão, expulsão e abandono da trajetória escolar dificulta a disputa por condições melhores de trabalho e melhor qualidade de vida, visto que a orientação sexual provoca desconfianças sobre a atuação profissional, mantendo ativo o processo de subalternidade da população que não segue as imposições sociais normativas da heterossexualidade.

Com o fim do regime militar e o firmamento da democracia a sociedade brasileira demonstrava-se inapta para proceder com a diversidade étnico-racial, de gênero e sexual, estas foram silenciadas no período da ditadura, mas com o advento da democracia ganharam força para reivindicar reconhecimento e aprovação.

Segundo Miskolci (2013), faz-se necessário uma educação pela diferença que se propõe dialogar com os sujeitos desqualificados no processo educacional bem como em outras vivências sociais de modo que este diálogo torne-se a própria educação, modificando a função atribuída à escola, que opera historicamente um sistema de normalização coletiva, estabelecendo através da imposição o comportamento considerado ideal que não se apresenta nos documentos oficiais. Este está implícito na estrutura do aprendizado, nas relações interpessoais bem como na organização arquitetônica sendo esta uma tecnologia de construção de gênero que nos

obriga a uma constante recordação da nossa sexualidade, seguindo uma perspectiva do binário masculino e feminino.

Miskolci (2013, p. 42) salienta que “A sexualidade envolve desejo, afeto, auto compreensão e até a imagem que os outros têm de nós. A sexualidade tende a ser vista, por cada um de nós, como nossa própria intimidade, a parte mais reservada, às vezes secreta de nosso eu”. Entretanto, a sociedade usa a sexualidade como instrumento de normalização social. E impõe violência contra os indivíduos considerados impuros ou que realizam alteração comportamental por meio do deslocamento do gênero, disseminando a ideia de que o contato com esses causa contaminação, de modo que a sociedade recusa estes sujeitos na tentativa de não se contaminar por uma identidade de gênero diferente ou desejo que contrarie o padrão heteronormativo, colocando todos os sujeitos que se distanciam do padrão heterossexual como portadores de uma patologia.

Miskolci (2013) enfatiza a importância de uma sensibilidade para identificar as diferenças na educação que se apresentam no âmbito da sala de aula, silenciadas pelos currículos exposto e oculto. Este silenciamento segue sendo reforçado pelas instituições que direcionam interdições, sanções e punições para os que fogem a regra da heterossexualidade compulsória, exemplificando-os como modelos a não serem seguidos.

Por isso a importância de teorias que contribuam com a educação de modo a estabelecer e promover questionamento de valores, normas e regras excludentes. É fundamental que a(o) docente equilibre a oferta de informações proporcionando o debate sobre outros temas não reproduzindo a imposição dos padrões morais, exercendo um trabalho que esteja para além da tolerância e inclusão dos tidos como “anormais”, mas que insira a valorização e o reconhecimento do outro como parte do todo, reavaliando as práticas educacionais para podermos aprender com as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere às questões de gênero e sexualidade, é necessário abordagem efetiva destas temáticas na formação inicial de professoras(es) para que no exercício de suas funções docentes estejam aptos a perceber, qualificar e combater efetivamente as

situações de conflitos e discriminação que ocorram no momento de sua atuação profissional e possam desenvolver um trabalho de respeito com crianças e jovens que fazem parte da comunidade escolar e sejam dissidentes aos padrões heteronormativos.

A escola deve contribuir para que as(os) alunas(os) não silenciem os acontecimentos de discriminação e preconceitos sofridos, mesmos que estes retratem situações tristes, de modo que sejam acolhidos por ações efetivas de combate por parte dos profissionais de educação. Assim, o ambiente escolar torna-se, então, o lugar de legitimação dos conhecimentos e das ideias, mas para isso acontecer raça, gênero e sexualidade devem constar no currículo tanto da escola quanto da formação inicial de professoras(es).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a **lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: Repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001, p. 141-160.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Escolarização da Sexualidade: Apontamentos para uma reflexão**. Cadernos Temáticos- Sexualidade. PARANÁ: SEED, 2009.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: Uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros, SCHNEIDER, Liane (orgs). **Mulheres no Mundo – Etnia, Marginalidade e Diáspora**. João Pessoa, UFPB, Idéia/Editora Universitária, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p.39-62.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**, BeloHorizonte, v.03, n. 04, p.62-70, Jan/Jul, 2011.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana de. Gênero/Sexualidade/diversidade sexual no âmbito da educação infantil. Dossiê- Narrativas e Materialidades em Formas Expressivas das culturas Populares, **Cronos Revista de Pós Grad. Ci. Soc.** UFRN, Natal, v. 15, n. 2, p. 185-200, Jul/Dez, 2014.

MISKOLCI, Richard. Estranhando a Educação. In: MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

IPEAFRO. **A África na escola: relatório do I Fórum estadual sobre o ensino da história das civilizações africanas na escola pública**. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 1991, p. 5-26.

SOUZA, Edileuza Penha de. MEIRELES, Ariane Celestino. Aqualtune, Constância e Zacimba-diálogos com Lésbicas Negras, Masculinizadas e Pobres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, v. 31, n.1, Jan/jun 2018.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000

NOTAS DE FIM

¹Título Baseado no artigo da autora CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe... In: WERNECK, J. MENDONÇA, M. WHITE, E. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**". Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.